

7  
6  
CAIO PRADO JUNIOR

# A REVOLUÇÃO BRASILEIRA

1.<sup>a</sup> edição: 1966

5.<sup>a</sup> EDIÇÃO

## DO AUTOR:

U. R. S. S., UM NOVO MUNDO (esgotado)

EVOLUÇÃO POLÍTICA DO BRASIL E OUTROS ESTADOS

\*FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO (COLÔNIA)

HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL

NOTAS INTRODUTÓRIAS À LÓGICA DIALÉTICA

DIALÉTICA DO CONHECIMENTO (2 volumes)

ESBOÇO DOS FUNDAMENTOS DA TEORIA ECONÔMICA

O MUNDO DO SOCIALISMO

A REVOLUÇÃO BRASILEIRA

O ESTRUTURALISMO DE LEVI-STRAUSS — O MARXISMO  
DE LOUIS ALTHUSSER

HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO

B I B L I O T E C A  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS



editora brasiliense

1977

320.981

p. 883 n

5ª ed

IFCH.

Revisão ortográfica:

NEWTON TADEU LOUZADO SODRÉ

Capa:

TIDE HELLMMEISTER

70438

IFCH-

18734

BIBID: 147335



editora **brasiliense** soc. an.  
01042 — rua barão de itapetininga, 93  
são paulo — brasil

Nosce te ipsum  
SÓCRATES

## ÍNDICE

I — A Revolução Brasileira .....	11
II — A Teoria da Revolução Brasileira .....	29
III — A Realidade Econômica Brasileira .....	77
IV — Aspectos Sociais e Políticos da Revolução Brasileira	103
V — Programa da Revolução Brasileira .....	133
VI — O Problema Político da Revolução .....	171
VII — A Revolução e o Antimperialismo .....	185
Adendo a A REVOLUÇÃO BRASILEIRA .....	205
Perspectiva em 1977 .....	239
Biografia do Autor .....	269

OPERAÇÃO DOCUMENTOS

Adendo a  
A REVOLUÇÃO BRASILEIRA

*Reproduzimos em seguida a resposta do Autor a críticas feitas a seu livro, publicada no n.º 14 da "REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA", e que contribui para o esclarecimento de algumas de suas teses.*

Foi com alívio, e, confesso mesmo, com grande satisfação, que li a crítica feita por Assis Tavares ao meu ensaio A REVOLUÇÃO BRASILEIRA, no n.º 11/12 dessa Revista. Bem diferente de outras críticas anteriores que tiveram a animá-las muito mais um injustificável e descabido espírito de agressão pessoal, e que por isso nada trouxeram de verdadeiramente útil para o esclarecimento de questão da maior importância no momento atual para a nossa vida política, AT procura objetivamente analisar as diferentes teses que abordei naquele livro, apontando-lhes o que, a seu ver, encerram de incompleto e mesmo de errôneo, de falho e alheado da realidade brasileira. E traz com isto uma contribuição positiva que esclarece, para mim inclusive, muitas das diferentes questões compreendidas na complexidade imensa da revolução brasileira que todos nós queremos levar avante. Já o artigo de AT, e tanto mais quantos outros do mesmo estilo apareçam, dão-me a segurança que não foi em vão o esforço que dediquei à elaboração do meu livro. É de um debate neste nível e categoria que surgirá afinal, em termos acertados e fecundos, a teoria de que necessitamos, e necessita o Brasil, para que se estimule e se leve a bom fim a marcha dos acontecimentos no sentido revolucionário que almejamos.

Quero, em primeiro lugar, definir o limite das minhas intenções ao escrever A REVOLUÇÃO BRASILEIRA, porque AT, manifestamente as exagerando, situa aí uma boa parte de sua crítica. Em algumas passagens do seu trabalho, AT parece atribuir-me o propósito de "propor todo um programa para a Revolução Brasileira". Além dessa afirmação, AT se queixa em outras, e por isso me critica, de não ter tratado disto ou daquilo..., como se realmente tivesse sido minha finalidade propor um tal programa exaustivo da revolução. Pois esteja AT descansado: não pensei neste ao escrever A REVOLUÇÃO BRASILEIRA, como não penso agora, e esteja certo, não pensarei nunca. Uma teoria revolucionária, que não é um exercício sociológico, e sim objetiva a ação prática, deve, para ter valor, representar um pensamento coletivo, deve ser a resultante do esforço de toda uma corrente de

pensamento trabalhando em comunhão e consonância. Nenhum de nós, e nenhum indivíduo, por si apenas, pode ter a pretensão de se colocar fora e acima dos fatos que analisa e interpreta, a fim de lhes traçar normas. Todos participamos de uma tarefa comum. É na ação coletiva que esta tarefa nos impõe, e na reflexão estimulada e condicionada por esta mesma ação e pelos contatos e relações que dela derivam, é daí que surgirá e se precisará um pensamento comum capaz de pela sua justeza e penetração em amplos setores da coletividade de que participamos, constituir uma verdadeira e fecunda teoria revolucionária.

Assim sendo, como penso, o que desejei ao escrever meu ensaio, e o que ainda desejo, é tão-somente trazer a minha contribuição de experiência prática, estudo e reflexão proporcionados pela minha atividade no curso de não poucos anos de luta, para a elaboração em que estamos, ou devemos estar todos empenhados, de uma teoria da revolução brasileira no nível e com os padrões acima referidos. Esta minha contribuição terá acertos (o próprio AT, em regra tão severo, reconhece alguns, e talvez, como espero, reconhecerá outros depois desta minha defesa que ora lhe apresento), e grandes desacertos. Mesmo estes últimos, contudo, terão servido para provocar a reflexão e uma análise mais rigorosa das questões debatidas. Contribuirão assim, indiretamente pelo menos, para um ajustamento melhor do assunto, e com isto, para o amadurecimento mais avançado das teses que deverão orientar a marcha da revolução brasileira. E isso já será para mim uma justificativa e consolo do erro involuntário cometido.

Com estas considerações preliminares que servem para situar o nível no qual entendo se deva travar o presente debate, vamos ao "mérito da questão", como costumam dizer os advogados. E neste terreno, tenho uma primeira e grande crítica a fazer à crítica de AT. É que meu contraditor não procurou em sua contradita ir à essência daquilo que constitui o conteúdo principal de A REVOLUÇÃO BRASILEIRA (do livro, está visto). Em outras palavras, AT aborda topicamente diferentes afirmativas e teses do livro, e certamente algumas das mais importantes. Mas não foi ao conjunto, à idéia geral e fundamental que o anima. Isto se deve possivelmente ao fato de eu me ter mal expressado, não conseguindo assim transmitir aquela idéia e estrutura geral do livro. Mas seja por este ou aquele motivo, o certo é que a crítica de AT se dispersou fragmentariamente em considerações particularistas a respeito deste ou daquele ponto. E talvez estas considerações teriam sido algo diferentes, e mais condescendentes para comigo, tivesse

10  
Foto feita em 1960 em São Paulo, no Museu de Arte Moderna, para a exposição "Caio Prado Junior e a Revolução Brasileira".  
AT concentrado sua atenção na linha fundamental, e vamos dizer assim, "estrutural" do meu trabalho.

Procurarei pois tornar-me mais claro, uma vez que me parece muito importante a colocação geral que tentei (sem sucesso para AT, e talvez, para muitos outros leitores também) do problema da teoria revolucionária. Constitui este um ponto de partida necessário para quem quer que procure chegar a algum resultado prático. O que me preocupou sobretudo, e o que objetivei, foi, PRIMEIRO, deslindar os fatores ou forças que no terreno econômico, social e político estão efetivamente na base do dinamismo da história brasileira da atualidade, e que impelem ou são suscetíveis de impelir a marcha dos acontecimentos no sentido da revolução. Em particular daqueles acontecimentos que têm seu teatro no campo, e que são a meu ver, no momento, os principais e fundamentais, embora longe de serem os únicos. O que me preocupou em seguida e em SEGUNDO lugar foi indagar quais os meios e processos adequados para estimular aqueles fatores e forças a fim de alcançar o mais breve possível os objetivos almejados, que são precisamente a mesma revolução.

São estes pontos, a meu ver, e parecé evidente, que devem ser conservados permanentemente à vista quando se pretende analisar a realidade brasileira em função da revolução e das transformações objetivadas de nossa vida econômica, social e política. De nada adianta imaginar e propor objetivos e finalidades fantásticos, por mais atraentes ou acertados que se apresentem em outras sociedades ou épocas que não a nossa, quando eles não se encontram efetivamente contidos na dialética, ou, se preferirem, na dinâmica própria de nossa evolução; quando eles não constituem um desdobramento natural desta evolução. Como também de nada serve invocar fatores ou forças sociais que não se acham de fato presentes na mesma dinâmica histórica brasileira; ou não tendam a se desenvolver no sentido revolucionário.

Está claro, e repito mais uma vez a restrição, que não pretendi nem pretendo agora responder cabalmente àquelas indagações; mas tão-somente apresentar algumas perspectivas onde possivelmente se encontrarão as respostas procuradas, ou parte delas.

Com este objetivo em mente, propus como ponto de partida a tese de que a teoria consagrada na qual se apoiava, e aparentemente ainda se apoia (pelo menos para muitos, inclusive, ao que parece, para AT), a política de esquerda no Brasil, não se aplica aos fatos reais da nossa história, e não passa, na sua maior e

principal parte, de um esquema abstrato, copiado de modelos exóticos artificialmente transplantados para a nossa realidade. E assim sendo, aquela teoria, longe de abrir perspectivas para a luta revolucionária e uma ação fecunda, freqüentemente embarçou e desorientou esta ação e luta, uma vez que propõe objetivos imaginários e irrealis nas condições brasileiras (como seja a superação do "feudalismo", que seria o nosso regime social presente), e adota como ponto de apoio forças igualmente fantásticas.

Em primeiro e principal lugar, "um campesinado oprimido e explorado por latifundiários na base de relações feudais ou semifeudais de produção e trabalho". A teoria revolucionária, consagrada e decalcada em modelos onde o capitalismo, como forma de organização econômica e social, emergira do feudalismo que o precedera, tinha por isto mesmo que postular aquele campesinado também no Brasil. Se este postulado se verificava ou não nos fatos reais de nosso país, disto não se preocuparam os teóricos ortodoxos da nossa revolução. Interpretando o marxismo como uma coleção de fórmulas e normas dogmáticas universalmente aplicáveis, entenderam que se na obra dos clássicos do marxismo o capitalismo aparece como seqüência do feudalismo, isto também deveria ocorrer no Brasil. E como o nosso capitalismo lhes parecia incipiente, e de fato assim era, deveria por força conservar traços e remanescentes de um feudalismo que necessariamente o precedera. Entre eles, um campesinado feudal ou semifeudal. Outra coisa não significa, nem pode significar, o velho refrão da nossa literatura marxista ortodoxa, ou antes, pseudomarxista, relativo aos "restos feudais ou semifeudais" presentes nas relações de produção do campo brasileiro.

É certo que convencidos, ou antes semiconvencidos apenas do ridículo desta formulação, alguns daqueles teóricos mais alertados passaram a evitar a expressão "feudalismo", e a substituí-la por "pré-capitalismo". Mas o gato se percebe pela cauda. A simples expressão "pré-capitalismo" não tem, em si, nenhum sentido, a não ser o lógico ou semântico, porque tudo sempre tem um antecedente que se exprime lingüisticamente pela partícula "pré": pré-histórico, pré-humano, pré-racionalismo etc. O nosso capitalismo também tem um "pré": evidentemente o "pré-capitalismo". Mas o significativo não é evidentemente falar em "pré-capitalismo", mas definir em que consiste este pré-capitalismo. Isto os nossos teóricos ortodoxos do marxismo que abandonaram o emprego da expressão "feudalismo" pela mais eufônica de "pré-capitalismo"; isto eles não fizeram, nem tentaram fazer, naturalmente

porque precisavam abandonar os textos clássicos do marxismo, que nunca se ocuparam com o Brasil, e ir diretamente a este Brasil e suas coisas onde não encontrariam o feudalismo, e sim, como relações de produção, a escravidão que ao evoluir e se transformar vai dar em situação bem diferente daquela que a teoria ortodoxa pretende encontrar entre nós, e que somente se verificaria se precedida pelo feudalismo e suas características relações de produção.

Em suma, a substituição da expressão "feudalismo" por esta outra, "pré-capitalismo", não passa, na teoria ortodoxa da revolução brasileira, de um expediente eufêmico. Na realidade, diz a mesma coisa com outras palavras menos chocantes e repugnantes ao bom senso e ao mais elementar conhecimento da história econômica e social brasileira. Essa manobra semântica não é naturalmente realizada de maneira perfeitamente consciente e positiva, mas resulta da própria confusão e imprecisão de uma teoria que se quer aplicar a uma realidade a que não se ajusta. O próprio AT é vítima flagrante dessa impensada confusão. É assim que embora pertencente àqueles que estão visivelmente procurando descarregar-se do incômodo lastro da interpretação "feudalista" do Brasil — vejam-se seus comentários no item "Feudalismo no Brasil?" —, repete um conceito que precisamente só tem sentido dentro da mesma concepção "feudalista": *monopólio pré-capitalista da terra*, que constituiria, segundo o mesmo AT, "o cerne do que seria arcaico na estrutura agrária [brasileira]".

O que significa este "monopólio pré-capitalista da terra", no contexto de AT, e excluídas suas implicações "feudalistas"? Nada. Haverá no Brasil "monopólio" da terra no sentido de concentração da propriedade fundiária. Mas este monopólio ou concentração é, na atualidade e cada vez mais sensivelmente, de natureza essencialmente capitalista. Um fato apenas bastará aqui para comprová-lo. A principal instância do processo de concentração fundiária verificada no Brasil em época recente é aquela que deu nos latifúndios da agroindústria do açúcar, tanto no Nordeste como em São Paulo, latifúndios estes que constituem hoje os maiores de toda a agricultura brasileira. Ora essa concentração, por todos os seus característicos, sejam os fatores que a determinaram, sejam as relações de produção e trabalho em que se organizam, é tipicamente capitalista. Ocupei-me expressamente do assunto em A REVOLUÇÃO BRASILEIRA. É pena que AT não tivesse atendido para esta passagem do livro, que pela evidência dos fatos nela considerados teria por certo contribuído para retificar muitos de seus conceitos a respeito da revolução agrária.

AT daria também seguramente, se não desprezasse esta matéria, com um dos pontos essenciais da tese central que procurei desenvolver em A REVOLUÇÃO BRASILEIRA, e que ele igualmente desconsiderou — como notei de início —, prejudicando assim a compreensão do assunto e a devida colocação das questões fundamentais da revolução brasileira na atualidade. Refere-se aquele ponto ao grave dano que resultou para a política e ação revolucionárias no Brasil de uma falseada teoria como esta da revolução agrária antifeudal ou antiprecapitalismo (expressões estas, segundo vimos, que no fundo se equivalem), ou mesmo antimonopólio pré-capitalista da terra (como AT parece preferir, e que também vem a dar no mesmo). É que posta a teoria nestes termos, ela conduz imediata e necessariamente, como de fato conduziu, à conclusão política e prática de que o ponto principal de apoio na luta revolucionária no campo se localiza na questão da terra reivindicada por um campesinado revolucionário. Aliás na formulação de AT acima referida encontra-se claramente contida essa posição política.

O assunto encontra-se largamente desenvolvido em A REVOLUÇÃO BRASILEIRA. Trata-se em suma do seguinte. Acentuando-se a luta agrária na questão da terra, a política revolucionária inspirada coerentemente na tese ortodoxa que consideramos, apela para um fator e força social de papel efetivamente insignificante, em prejuízo de outras formas realmente eficazes de luta. Interpretando erradamente as relações de produção e trabalho predominantes na agropecuária brasileira, e configurando nela, por força da mesma teoria, uma classe social de fato inexistente, ou de expressão relativamente pequena, e de forma alguma revolucionária, que vinha a ser um campesinado cerceado e contido como força produtiva pela propriedade feudal da terra (aquilo que AT eufemicamente denomina "monopólio pré-capitalista da terra"), isto é, uma situação em que a terra se acha em parte considerável e dominantemente apropriada por uma classe particular de proprietários distintos dos proprietários capitalistas que são também empresários da produção (como se dava por exemplo na Rússia czarista com a nobreza tradicional), a política revolucionária assim desorientada pela teoria, concentrou todo ou quase todo seu esforço e atividade no sentido de finalidades sem correspondência na situação presente nos principais e decisivos setores do campo brasileiro, tanto no que se refere a condições *objetivas* — os fatos empíricos —, como a condições *subjetivas* — a consciência dos trabalhadores rurais. Em primeiro e principal lugar, a

reivindicação da terra. Ficaram assim à margem e subestimadas aquelas reivindicações mais compreendidas e sentidas, bem como efetivamente incluídas no processo revolucionário imanente nos fatos. A saber, aquelas que resultam das contradições que se propõem nas relações de produção e trabalho predominantes no campo brasileiro, e que são as de *emprego*.

Tudo isto se acha desenvolvido na análise contida em A REVOLUÇÃO BRASILEIRA, e acredito que as conclusões a que cheguei estão aí fundamentadas com um máximo de segurança. Não constituem improvisação, nem dedução *a priori* de esquemas ou opiniões preconcebidos, mas resultam de cuidada e rigorosa pesquisa e elaboração teórica. E são confirmadas (como ainda agora tenho tido ocasião de verificar) pela generalidade daqueles que, seja como pesquisadores teóricos, seja como militantes políticos, se ocuparam efetiva e diretamente com o assunto.

Há assim nas conclusões a que cheguei uma grande probabilidade de acerto. Mas se estou errado, çabia a AT retificar-me com argumentos teóricos e práticos de igual nível, o que certamente constituiria contribuição de grande importância para a definitiva elucidação do assunto. Assim contudo não procedeu, limitando-se em sua contestação a uns poucos e imprecisos comentários relativos à matéria, salpicados de algumas afirmações dogmáticas e coroados com o argumento decisivo que insinua sobre a "realidade concreta" que há de estar necessariamente atrás de uma teoria importada há meio século atrás da Internacional Comunista, e que ainda está "viva" nas convicções de tantos. O que me lembra argumento semelhante que a instrução religiosa da Igreja Católica apresenta, ou apresentava em favor desta última e que vem a ser os muitos séculos de existência com que ela conta...

Por que esse procedimento de AT, deixando escapar uma ocasião magnífica para fundamentar a teoria ortodoxa com algo mais que a tradição e afirmações dogmáticas? Deixo a resposta ao leitor.

Em outro ponto, na questão do imperialismo e da luta pela libertação nacional, AT igualmente aprofunda muito pouco o assunto, fugindo a uma análise geral e ficando na superfície dos fatos e acontecimentos que considera. Em vez de defender no seu conjunto a teoria clássica da revolução e sua concepção a respeito da problemática política que dela deriva, limita-se a uma tentativa de refutação de uma ou outra conclusão a que cheguei em A

—Do Volume 1 de História da Revolução Brasileira, 213, A Revolução Brasileira 213, do volume 1 de História da Revolução Brasileira

REVOLUÇÃO BRASILEIRA. Mas o sentido principal dessas conclusões é o conjunto em que elas se integram, a saber, maneira falsa com que a teoria clássica e ortodoxa (que AT aceita) situa a questão do imperialismo e dos fatores econômicos, sociais e políticos que se acham na base da penetração e da dominação imperialistas em nosso país, bem como da resistência que encontram ou podem encontrar nele. Disto AT não se ocupa senão muito superficial e sumariamente. Todo o problema, para ele, se reduz ou parece reduzir-se ao debate sobre a existência ou não de uma "burguesia nacional". Debate aliás que na sua opinião é antes puramente acadêmico, uma vez que, segundo ele, não tem solução, e somente será "superado" quando ingressarmos no socialismo, isto é, quando terá perdido todo e qualquer interesse. É o que AT afirma textualmente na pág. 61.

Acadêmico embora, AT dedica à questão da burguesia nacional a maior parte de seu arrazoado. Mas dentro do estreito critério que é o seu, isto é, de não considerar o conjunto da matéria e o sistema de nossa economia e estrutura econômica e política em que o imperialismo se articula, AT não consegue nem ao menos caracterizar a sua "burguesia nacional". Não se trata no caso, está visto (embora AT não se aperceba disto) de simplesmente, e mesmo simplisticamente determinar se há ou não burgueses contrários aos interesses e atividades imperialistas. O que realmente importa no caso é apurar se de fato existe no Brasil uma categoria burguesa (vejam bem, não simples indivíduos, mas uma formação sócio-econômica) que pela natureza própria e específica de seus negócios, atividades, aspirações e ambições, esbarra pela frente com interesses e atividades contrários que seriam do imperialismo e que lhe embaraçariam o exercício normal daqueles seus negócios ou a realização de suas aspirações. (Em suma) a caracterização revolucionária de uma categoria nacional burguesa (e é disto que precisaria a teoria para ter valor e significar alguma coisa na luta revolucionária) exigiria a definição de contradições específicas e significativas entre um setor burguês brasileiro e o imperialismo, contradições estas enraizadas nos fatos econômicos e sociais, e superável unicamente por reformas e uma reordenação das instituições vigentes que impulsionassem efetivamente o processo revolucionário. É somente assim que se poderia contar com uma força capaz de realmente impelir a luta antiimperialista e a revolução brasileira.

Nada disto, contudo, preocupa AT. Para ele, uma burguesia nacional revolucionária se caracteriza simplesmente pelo fato da

eventual concorrência que empreendimentos estrangeiros possam fazer a homens brasileiros de negócio. AT parece não enxergar que mesmo no caso de existir tal concorrência em proporções apreciáveis (coisa que ele aceita sem maior indagação, omissão já em si injustificável pois revelaria o verdadeiro "peso" relativo de sua burguesia nacional como fator político, avaliação essa evidentemente indispensável no caso), mesmo assim, qualquer ação política fundada simplesmente numa concorrência poderia significar, como de fato tem freqüentemente significado, nada mais que um envolvimento em questões de natureza puramente burguesa e que nada têm a ver com a revolução. Importaria apenas numa tomada de posição em favor de certos interesses privados contra outros, sem contribuir com isso em nada para a marcha do processo revolucionário. Tivemos em São Paulo um caso bem flagrante disso, por ocasião de ruidosa campanha contra a *American Can*, empresa norte-americana que pretendia estabelecer-se no país. Campanha essa apoiada por forças de esquerda, mas promovida por interesses também intimamente ligados ao imperialismo. Assistiu-se então ao triste espetáculo da mobilização e arregimentação da opinião pública na defesa dos mais espúrios interesses do ponto de vista da esquerda.

É esse um dos pontos mais delicados da política revolucionária, em que bem se revelam grandes perigos e graves erros que uma política mal orientada pode encerrar. Encontra-se no Brasil um sentimento nacional bem acentuado em diferentes setores da opinião pública, e que nada tem de necessariamente burguês, muito pelo contrário, de que sofremos, como nação e como povo, as contingências ditadas por interesses estranhos que têm seu centro diretor nas esferas de negócios das grandes potências imperialistas; e em particular, no presente momento, nos Estados Unidos. Esse sentimento e compreensão não são específicos, longedisso, de nenhum setor burguês como tal; nem se alimenta, fundamentalmente, de interesses contrariados de natureza essencialmente burguesa. Trata-se de um sentimento nacionalista, misto de patriotismo e de vaga intuição dos inconvenientes e perigos (e também das humilhações) a que nos expomos, e expomos também a nossa dignidade, no curso das relações e dos contatos que mantemos com os círculos imperialistas.

Ora esse sentimento, precisamente porque não tem ainda um lastro de consciência precisa e de pensamento claramente formulado, tanto pode servir para campanhas como a do petróleo (onde diga-se de passagem, a burguesia como tal, ou qualquer de seus

setores tomado como categoria social representativa de interesses nacionais definidos, brilhou pela ausência), como pode servir de instrumento de interesses bem distintos daqueles que se pretende defender e com os quais se pensa impulsionar a marcha da revolução. Inclusive até interesses imperialistas, como foi o caso, na década dos 50, do imperialismo alemão ressuscitado das cinzas da guerra, e que no esforço para reconquistar um lugar ao sol, procurava insinuar-se na simpatia dos brasileiros contrastando sua atitude "generosa" e de largos horizontes, fruto de quem igualmente se encontrava por baixo, com a estreiteza de vistas, o egoísmo e a avidez sem limites dos poderosos e sobranceiros empreendimentos norte-americanos...

Daí a delicadeza da situação. E é muito oportuno lembrá-lo agora, quando atrás do "slogan" que se vem difundindo, da "desnacionalização das empresas brasileiras", se está muitas vezes promovendo interesses nitidamente anti-revolucionários. O fato da desnacionalização é incontestável, e contra ela há que lutar decididamente. Mas sem perder de vista e pelo contrário cuidar atentamente para que, nessa campanha legitimamente antiimperialista, não venham as forças progressistas a se confundirem (como já se percebe muito bem o perigo) com interesses muito pouco "nacionais", e muito menos revolucionários. Sob a capa de oposição à desnacionalização, está se insinuando, cada vez mais insistentemente, a necessidade de reabrir as cornucópias oficiais em benefício de empresas que incapazes de participarem do jogo normal do capitalismo com seus altos e baixos característicos e inevitáveis, procuram, depois do largo e aventureiro desfrute dos bons momentos proporcionados pela inflação, descarregar agora os maus efeitos dela, que começam a sentir, nos ombros da nação e nos bolsos dos contribuintes do fisco. O que nos alerta contra nova forma de explorar o sentimento nacionalista, são entre outros, palavras recentes do Governador de São Paulo, cujas ligações, tendências e indistigável posição política são bem conhecidas, e que subitamente tomado de pruridos antiimperialistas, se mostra preocupado, segundo os jornais paulistanos de 4 de abril (1967), "com o processo de desnacionalização das empresas brasileiras", explicando que "as nossas empresas não têm capital de giro e são obrigadas a recorrer ao capital externo"... "Com isso", conclui o Governador, "precipitam-se em crise financeira ou se entregam ao capital estrangeiro." Pois então que venha o auxílio oficial nesta nova campanha antiimperialista promovida pelo Governador de São Paulo, suprindo-se com recursos da na-

ção, o capital de giro de empresas que não souberam ou não quiseram constituí-lo nos bons momentos da euforia inflacionista, preferindo jogar seus grandes lucros então auferidos ou em gastos conspícuos, ou na voragem da especulação sem freios que lhes enchia cada vez mais, embora ilusoriamente muitas vezes, os bolsos. Inclusive, notem bem, os das empresas imperialistas que agora fazem coro nesta campanha antiimperialista.

São dessa ordem os perigos que oferece uma ação política mal orientada por teorias superficiais e apressadas, e que falassem a realidade nacional. Tais perigos e graves conseqüências derivadas da confusão entre forças realmente progressistas, de um lado, e reacionárias de outro, quando circunstâncias ocasionais e muitas vezes maliciosamente arquitetadas parecem aproximar-as, são duplos. De um lado, podem dar, como já têm dado no passado, no favorecimento precisamente da política que as forças progressistas devem em princípio combater. De outro, embaraça e tolhe a caracterização e definição de um pensamento autônomo e verdadeiramente revolucionário (que é do que mais necessitamos na atual conjuntura brasileira). Observamos muito bem estas graves conseqüências na posição do próprio AT cujo elevado gabarito revolucionário, que seu artigo tão bem revela, não o impediu de chegar à mais incoerente das conclusões ao defender a linha política que deu na solidariedade das forças progressistas com a candidatura e em seguida o governo do sr. Juscelino Kubitschek. AT, embora reconhecendo expressamente, como não podia deixar de reconhecer, o entreguismo do sr. J. K., entende todavia que aquela solidariedade se justificava porque evitou o entreguismo "dos Lacerda, Carlos Luz, Café Filho, Juarez Távora, Júlio Mesquita etc. (enumeração textual, pág. 51)". Mesmo admitindo que possa haver gradação de entreguismo, e que o entreguismo juscelinista tenha sido menos grave que o do outro grupo (o que é altamente contestável, pois o deste último grupo era muito mais de palavras e inferências indiretas, e o do sr. J. K. foi de palavras bem claras e de atos que se marcaram profundamente na cronologia da submissão do Brasil ao imperialismo), mesmo naquela hipótese, que, diga-se de passagem, não tem nenhuma consistência do ponto de vista revolucionário, já refletiram AT e todos aqueles que pensam como ele no considerável dano e atraso que a solidariedade de forças progressistas, e em particular dos comunistas, a um governo declaradamente favorável ao imperialismo, determinou no processo de maturação e eclosão de uma clara consciência popular antiimperialista?

Nunca se esqueça (e isto é da maior importância política) que as intenções e propósitos íntimos de dirigentes políticos têm importância e significação muito pequenas em face de atitudes expressas e da repercussão que vão determinar em frente à massa popular que não tem acesso às sutilezas e maquiavelismos de seus líderes. Uma política revolucionária tem de ser clara, aberta, sem subterfúgios e intenções disfarçadas. Ou acreditamos na força do pensamento de esquerda e no destino da revolução, tal como ela é realmente, ou não haverá revolução, que esta não se fará nunca através de manobras artificiosas de bastidores, mas tem de partir e somente pode partir da ação popular. E esta ação popular não se mobilizará jamais, com o poder e a força requeridos, na defesa de interesses que mal escondem sua natureza conservadora, senão reacionária, debaixo da capa de uma fantástica "burguesia nacional". Se existe de fato essa burguesia nacional progressista e antiimperialista, a sua presença não poderia ser posta em dúvida, e a própria discussão que se trava em torno dela já é suficiente para gerar a seu respeito as mais fundadas dúvidas. Em todo caso, os pseudo-interesses de natureza revolucionária que a ela se atribuem, somente se poderiam legitimamente caracterizar e justificar, através da análise de conjunto da estrutura e problemática econômica, social e política da dominação imperialista. E isto não se faz na teoria clássica da revolução, ou se fez até agora de maneira tão insuficiente que merece do próprio AT o reconhecimento da "pobreza das análises marxistas sobre a dominação imperialista no Brasil, que determinaram uma visão simplista e ingênua do imperialismo" (pág. 74). Se assim é, como é de fato, onde se estribam AT e seus seguidores nessa matéria ao afirmarem com tanta segurança o papel revolucionário de uma categoria social como esta pseudo-burguesia nacional cujo conceito não se acha lastreado em análise (que está ainda por fazer, na confissão do próprio AT) da realidade econômica, social e política do imperialismo?

Vejamos as razões e argumentos de AT que se concentram sobretudo nas págs. 63 e 66 de seu artigo. Enumera ele aí vários fatos em que se manifestam tomadas de posição e ações políticas de caráter antiimperialista. E sem mais, conclui que esses fatos comprovam a presença e participação política de uma burguesia nacional. Parece que AT não se apercebe estar no caso incorrendo no naquilo que os lógicos denominaram "petição de princípio". Efectivamente AT propõe em sua tese que existe uma burguesia nacional promotora da luta antiimperialista. Enumera em segui-

da as manifestações desta luta; e conclui triunfante: eis aí a prova da verdade de minha tese, a realidade da burguesia nacional! Ficou de fora uma premissa, a principal, de que AT se esquece completamente, e que seria: "os fatos em que se manifesta o antiimperialismo são promovidos pela burguesia nacional".

É verdade que numa passagem AT reforça suas razões e procura fugir do círculo vicioso em que se meteu, argumentando por exclusão (pág. 66). Seu argumento, em suma, é o seguinte: "como os votos parlamentares contrários aos projetos de lei de tendência antiimperialista do governo não representam os interesses do proletariado, da pequena burguesia urbana e dos lavradores, emanam forçosamente da burguesia nacional". Mas, pergunto, e perguntarão por certo os leitores, quem diz que esta premissa é verdadeira, isto é, que os fatos de caráter antiimperialista refletem sempre o interesse ou do proletariado, ou da pequena burguesia urbana, ou dos lavradores, ou da burguesia nacional? Ignoro-o. Mas sei quem afirma o contrário: nada menos que Marx e Engels, que sempre se revoltaram contra a interpretação restrita e falseada de seu pensamento, consistente no que se denominaria o "determinismo econômico". Esta mesma interpretação com que os caluniadores, e na verdade ignorantes do marxismo continuariam até hoje a deformar, procurando ridicularizá-lo, o pensamento dos elaboradores da teoria geral do materialismo dialético. Teoria essa que nada tem a ver com a mecânica interligação, numa relação de causa para efeito, entre interesses econômicos imediatos e ação política, ou outra qualquer, que AT implicitamente postula em seu argumento.

Em outras referências relativas ao mesmo assunto, AT utiliza mais um tipo de argumento, aliás muito hábil e de emprego corriqueiro nos debates forenses, e que consiste em jogar o ônus da prova, que em princípio lhe cabe, nos ombros do contendor. No caso que estamos considerando, "aos que negam com firmeza a existência de um setor nacional dentro da burguesia brasileira" (pág. 66). E propõe uma série de perguntas que comportam, qualquer delas, diferentes e muito variáveis respostas que põem em jogo um grande número de circunstâncias de ordem econômica, social, política e mesmo motivações de ordem psicológica. Inclusive, e faço a concessão a título de simples conjectura, a de uma eventual interferência hipotética de interesses nacional-burgueses não menos hipotéticos. Mas, pergunto, por que somos obrigados, como quer AT, "a aceitar esta última conjectura? Por que — como quer AT — atribuir a linha coerente, ao longo dos

anos de líderes do PTB como Goulart, Brizola, Sérgio Magalhães etc.,... a uma posição marcada contra a ação imperialista no Brasil... da parte de uma camada importante da burguesia brasileira"; ou explicar "a conduta de alguns órgãos da imprensa como o *Correio da Manhã*, a *Última Hora*, além de outros... como a manifestação da luta travada pela burguesia nacional?". AT não explica, nem muito menos justifica sua preferência pela hipótese da "burguesia nacional". E não vejo motivo para aceitar seu repito da prova em contrário. É a ele que cabia provar a influência ou pressão de sua conjecturada "burguesia nacional". E isto ele não faz.

Desculpem-me os leitores este fastidioso exercício de Lógica aplicada, que trago à baila unicamente para mostrar o grande risco que encerra, no terreno da pesquisa científica, o método dedutivo e o apriorismo a partir das teorias preconcebidas. É nisto que AT incorre freqüentemente. E constitui mesmo a forma geral com que estrutura boa parte de sua argumentação. A contendação que traz a A REVOLUÇÃO BRASILEIRA não procura senão excepcionalmente fundamentar-se na análise concreta da realidade econômica e social do nosso país. Assume a forma de um arrazoado que se apóia explícita ou implicitamente em premissas ditadas pela própria teoria que se encontra em debate. Foi assim, na presente resposta, levado a esmiuçar a estrutura de sua argumentação a fim de não somente prevenir contra ela os estudos de nossos fatos sociais, mas também para evidenciar a fraqueza das bases lógicas em que AT se apóia. Fraqueza esta que não se deve por certo a insuficiências do autor, mas a injunções de ordem doutrinária pelas quais foi levado. O que é sinal evidente que lhe faltam argumentos mais consistentes para fundamentar sua tese nacional-burguesa. Como seria, por exemplo, uma análise precisa da estrutura econômica e financeira do Brasil, particularmente no que respeita as nossas relações com o imperialismo, bem como as implicações de ordem social e política de uma tal organização. Numa análise destas logo se evidenciaria, se fosse real, a presença de um setor burguês que pela natureza específica de suas atividades, de seus negócios, finalidades e aspirações, se encontra em contradição, dentro da ordem vigente, e por força dela, com a ação do imperialismo. Situação esta, portanto, superável unicamente por uma transformação daquela ordem, o que significaria a revolução antiimperialista e a libertação nacional. AT não procede a essa análise, e se limita, às págs. 59 e 60, a descrever como seria e como agiria a sua burguesia

nacional, caso existisse e se cumprisse a teoria ortodoxa que espousa. Reveja o leitor, com atenção, o texto citado. E verificará que não há nele referência alguma a fatos empíricos, e sim unicamente à maneira como AT enxerga tais fatos. AT julga estar tratando de uma realidade. Mas apenas descreve o que se encontra em seu pensamento. Assim sendo, e até nova ordem, continuarei, como certamente continuarão todos aqueles que se dão ao trabalho de analisar objetivamente, e não apenas subjetivamente a realidade brasileira, a desconsiderar a nossa hipotética "burguesia nacional".

Mas por que, perguntará o leitor, como pergunta AT em seu artigo, esta concepção teórica da burguesia nacional "pode ser responsabilizada pelo que de errado houver na conduta das correntes progressistas?" (pág. 66). A resposta a isto, se justificada, viria confirmar, em mais este caso, a procedência da tese central de A REVOLUÇÃO BRASILEIRA, que vem a ser: as graves conseqüências de ordem política, no que se refere à ação das forças de esquerda e progressistas brasileiras, resultantes de uma falseada teoria revolucionária. Esse ponto é tanto mais importante de ser aqui abordado, que nele terei oportunidade de reafirmar, assim penso, mais uma injustiça de AT a meu respeito, e que vem a ser a acusação que me faz na pág. 54 de seu artigo, que "o autor de A REVOLUÇÃO BRASILEIRA deliberadamente decidiu desconhecer o que houve, assim como desconhece a situação presente que exige uma posição política qualitativamente diversa".

Mais uma vez, repito: se AT tivesse considerado o sentido geral e de conjunto do livro, e não se apegasse unicamente pontos tópicos dele, como faz, teria verificado que A REVOLUÇÃO BRASILEIRA, o que precisamente procura, certa ou erradamente (e é isto que AT deveria indagar e não indaga), é buscar para as esquerdas uma posição "qualitativamente diferente" que lhes abra novas perspectivas, e que as livre do oportunismo e seguidismo que vem há muito e em boa parte esterilizando e inutilizando seus esforços — como entre outros aqueles que ofereceram pretexto e deram oportunidade ao golpe contra-revolucionário de 1.º de abril. O principal responsável por aquela ineficiência das esquerdas (e é o que se afirma e se procurou sustentar em A REVOLUÇÃO BRASILEIRA) foi uma base teórica errônea. E porque errônea, suscetível de levar ao oportunismo. Sendo que o principal erro teórico responsável por esse oportunismo, foi precisamente a malfadada concepção da "burguesia nacional".

Por efeito dela (para os bem intencionados), e também graças a ela (para os demais), a ação política das esquerdas se dirigiu quase exclusivamente para a defesa de interesses supostamente de uma burguesia nacional e progressista, mas na realidade de facções políticas sem outro objetivo que se empoleirarem ou conservarem nas posições de mando, e aí usufruírem as benesses do poder público; bem como de negociistas e toda uma fauna numerosa de aspirantes a favores maiores ou menores proporcionados direta ou indiretamente pelo mesmo poder público. E assim a ação das esquerdas, longe de contribuir para o processo revolucionário, desviou-se para rumos inteiramente estranhos à revolução.

Somente um cego, um neófito ou um mal intencionado poderá hoje ter dúvidas sobre o fato que no período que precedeu o golpe de abril, as esquerdas se foram progressivamente e cada vez mais próxima e abertamente, atrelando como caudatárias às manobras políticas de facções que nada tinham em comum, agora o disfarce demagógico, com tudo aquilo que constitui os objetivos, os ideais e os sentimentos realmente revolucionários. Não vou agora fazer o histórico daquela triste fase de nosso passado recente. Muito mais interessante e útil no momento são as consequências daquele prolongado oportunismo que deixou as esquerdas, depois do golpe, sem base popular orgânica (que na euforia de fáceis mas só momentâneas e aparentes vitórias, fora inteiramente descurada), sem objetivos claros e idéias definidas capazes de mobilizarem a opinião popular; sem perspectivas progressistas concretas — a não ser de um simples e irrealizável retorno a um passado inteiramente superado. E por isso tudo, praticamente sem ação e limitadas a fazerem coro com puros revanchistas e homens de negócio que com o seu característico e aliás necessário imediatismo profissional que a vida dos negócios prescreve, gemem e se desesperam contra medidas financeiras que os oneram mas para as quais não encontram alternativas por eles mesmos aceitáveis. Prova disso são as críticas que fazem a estas medidas que ou repetem em outras palavras a mesma coisa que os financistas oficiais (haja vista a já famosa e tão alardeada crítica daquele mesmo Prof. Dias Leite que AT cita com louvores, mas cujo “estudo de técnico acreditado” não analisa), ou então, em última instância, pleiteiam manhosamente a retomada dos jorros emissores e das facilidades descontroladas de crédito.

O que realmente havia a fazer, na posição das esquerdas, era desmascarar o artificialismo de um “desenvolvimento” espe-

culativo e sem bases sólidas, que vivera à custa da simples substituição desordenada de importações que nas condições do Brasil se podiam considerar, na maior parte, de luxo, pela produção “nacional” mais cara e de inferior qualidade. (As aspas são para ressaltar a grossa fatia que coube naquele processo aos trustes imperialistas operando no Brasil.) Processo que esgotara suas possibilidades com a saturação do reduzido mercado brasileiro, e se estancara, em consequência, por entre graves reajustes econômicos e sociais que, disfarçados momentaneamente pelos efeitos entorpecentes da inflação, explodiam afinal numa crise de estrutura que punha a nu os vícios congêntos da economia brasileira: as limitações de um mercado restrito a ínfimas minorias efetivamente consumidoras, e incapaz por isto mesmo de lastrear uma grande indústria e atividade produtiva modernas, que têm sua base necessária no consumo de massa. Não era, como não é possível construir uma economia de padrões modernos e aparelhada para produzir manufaturas requintadas e de alto padrão tecnológico (automóveis, aparelhos eletrodomésticos, materiais de construção refinados etc.) para uma população que na sua maioria não tem condições, nem pode tê-las no atual sistema econômico-social vigente, para resolver os seus mais elementares problemas de alimentação, saúde, habitação, educação.

Mas pensar em atacar direta e vigorosamente esses problemas e outros semelhantes, não podia ser de nenhuma burguesia, por mais que a enfeitassem de “nacional” e “progressista”, porque isso importava em medidas drásticas que interfeririam necessária e diretamente nos seus negócios e na sacrossanta e livre iniciativa privada que precisavam daqueles negócios. E a esquerda, do seu lado, se viu impossibilitada de propor e promover uma política dessas, que afinal deveria constituir sua própria razão de ser, porque, de uma parte, não se preparara ideologicamente para a tarefa, como ainda não está preparada. De outra parte, e talvez mais ainda, porque se sente solidária com os interesses de seus aliados da burguesia “nacional” e “progressista”. E essa burguesia não se dispõe naturalmente, como AT refere no pág. 79 de seu artigo, a “fazer alianças com trabalhadores em torno de um Programa que tenha como questão central o atendimento de reivindicações trabalhistas”. E essa aliança, prossegue AT, “é necessária para combater a ditadura e o imperialismo”.

Assim, com uma lógica férrea e implacável, as teses de AT vão da “burguesia nacional e progressista”, para o abandono, ou pelo menos subestimação, daquilo que para as esquerdas repre-

senta, ou deveria representar, o essencial de sua luta ideológica e prática.

Deixa-se contudo de lado, naquela rigorosa inferência lógica, apenas alguns pequenos pormenores, como o fato de que sem a premissa e base de um programa de reformas econômicas e sociais nos moldes acima roçados de leve, não é possível nem ao menos propor, em termos concretos e de efetiva ressonância popular, a luta em profundidade contra a ditadura e o imperialismo. Fica-se, como está ocorrendo, na denúncia, às vezes veementemente, mas não menos platônica, de fatos tópicos que evidenciam a penetração imperialista; fica-se em declamações antiimperialistas e queixumes de vítimas do imperialismo e da ditadura que o prolegé. Mas não se penetra no mecanismo íntimo da dominação imperialista em nossa terra, dominação essa que não representa unicamente nem mesmo principalmente um ato de vontade da atual situação política (ou de outra qualquer do passado), mas se prende a circunstâncias profundas da economia brasileira que somente se poderão remover (e é nisso que essencial e fundamentalmente deve consistir a luta antiimperialista) com reformas também profundas de nossa estrutura econômica.

Em suma, a noção de burguesia nacional não constitui unicamente fruto de uma falseada e apriorística visão da realidade brasileira. Ela representa um papel de grande relevo na política oportunista e de largas concessões a interesses estranhos à revolução, em que se envolveram importantes setores da esquerda que com isso se afastaram de sua rota natural e prejudicaram a marcha do processo revolucionário.

Note-se que não estou com isso propondo o isolamento, na luta revolucionária, do proletariado e dos trabalhadores em geral. Embora essas classes constituam o fator essencial da revolução, esta não se fará sem o apoio, naturalmente variável segundo suas etapas e momentos, de uma ampla frente de outras forças. Tocamos aqui—numa—questão essencial da política revolucionária: a política de alianças.

Nesse assunto, AT é bastante confuso, embora ele ache o mesmo de mim. Na pág. 70 afirma que é muito difícil lutar contra o imperialismo e a reação interna sem o concurso de uma burguesia nacional e progressista. E na pág. 79 escreve: “uma ampla unidade de forças e camadas sociais só poderá erguer-se na base da luta por objetivos antiimperialistas”. Não se fica sabendo, depois da leitura desses dois textos, se a aliança é necessá-

ria para a luta contra o imperialismo e a reação (como AT afirma na primeira passagem citada), ou se inversamente, é a aliança que somente é possível na base da mesma luta. Numa das afirmações de AT, a aliança vem antes, e dela depende o sucesso do antiimperialismo. Na outra, é a luta contra o imperialismo, e somente ela, que unirá as forças revolucionárias.

Mas além de confusa, a posição de AT na questão da política de alianças se funda numa concepção extremamente esquemática das classes e forças sociais eventualmente participantes do processo revolucionário. Nisso ele segue as pegadas da teoria ortodoxa da revolução, pelo menos na forma com que chegou até nós, e que simplifica até ao esquematismo mais absurdo a estrutura social brasileira e de outros países do nosso tipo. Segundo essa teoria, as classes e categorias sociais da nossa sociedade se reduziriam ao seguinte: *latifundiários* e *burguesia compradora*, ambas ligadas ao imperialismo e contrárias à revolução. Douro lado, *proletariado* e *trabalhadores em geral*, *camponeses*, *pequena burguesia urbana* e *burguesia nacional*, que seriam as forças revolucionárias.

É na base de um esquema desses que AT formula a sua posição política de alianças, e critica minhas considerações a respeito do assunto e que considera “difíceis de serem entendidas”. Muito mais difícil é compreender como um teórico e político revolucionário experimentado como AT (o que o seu artigo fartamente revela) possa pretender enquadrar no pobre e descarnado esquema de sua descrição da sociedade brasileira, a imensa complexidade com que nela se apresentam (como aliás em qualquer outra) os interesses, sentimentos e aspirações dos indivíduos, categorias, setores, classes e outros agrupamentos que em conjunto formam aquela sociedade. É certo que se pode e se deve destacar algumas linhas muito gerais de natureza classista para servirem de roteiro na análise e caracterização das forças políticas atuantes no país. Mas quando se trata de levar esse roteiro para o terreno da ação política, e computar e avaliar a distribuição de forças naquela ação, é preciso introduzir no mesmo roteiro toda uma gama de qualificações que somente a conjuntura de cada momento e situação pode satisfatoriamente indicar. Não é admissível, como procede AT, fundar-se unicamente numa rígida e esquemática classificação de interesses econômicos, cada qual atribuído a uma determinada classe ou categoria social, e daí deduzir aprioristicamente o comportamento que terão essas diferentes classes e categorias. Isso é ignorar por inteiro a complexidade das motiva-

ções políticas, onde a par dos interesses propriamente econômicos participam também outros e muitos impulsos, influências, valores com raízes em crenças, convicções, ideologias, e que sei mais, carregadas pela educação e tradição recebidas, ou induzidas pelas vicissitudes da experiência sofrida. Mesmo aquilo que ordinariamente se entende por interesses econômicos não é nada fácil de caracterizar em termos gerais, porque há sempre diferentes maneiras de interpretar e ponderar esses interesses, bem como fazer um juízo sobre os meios mais adequados para os realizar.

Há mais ainda, porque no complexo entrelaçamento, aliás muito variável tanto no tempo como no espaço, com que os interesses de qualquer natureza se apresentam na trama da vida social, torna-se extremamente arriscado um julgamento *a priori*, deduzido de qualquer sistema de correspondência entre situações sociais e juízos valorativos acerca do papel que eventualmente tais interesses representarão, em conjuntura determinada, na fixação do comportamento político de uma coletividade.

Assim sendo, os acanhados quadros em que AT pensa encerrar aquele comportamento e arquitetar as eventuais e possíveis alianças promotoras da revolução no Brasil são inteiramente inadequados. Como, por exemplo, incluir neles a participação relevante que tiveram importantes setores militares na campanha do petróleo, — o que aliás AT expressamente reconhece? E como interpreta ele, na base de seu descarnado esquema classista, a intensa movimentação dos católicos de esquerda (e na sua qualidade de católicos, note-se bem) na luta por alguns dos principais objetivos da revolução?

Não é possível traçar aqui todo o quadro da problemática política brasileira da atualidade. Mas para abrir um pouco as perspectivas de AT nesta matéria de alianças políticas, quero chamar a sua atenção para alguns fatos tomados no mais vivo da realidade brasileira recente e atual, e que assinalam alianças políticas à primeira vista, e de acordo com seu esquema, de antemão impensáveis. E escolherei, entre outros muitos semelhantes, precisamente aqueles que ilustram melhor uma tese inteiramente oposta à afirmação expressa de AT de que é impossível a aliança de burgueses e trabalhadores em torno de reivindicações destes últimos.

O primeiro desses fatos se relaciona com a campanha pelo 13.º salário, isto é, a obrigatoriedade da gratificação do Natal. Ninguém que acompanhou essa campanha ignora que entre seus

promotores cuja pressão política foi quase, pode-se dizer, decisiva, figurou o alto comércio (houve pronunciamentos na época inclusive de alguns dos mais destacados dirigentes da Associação Comercial de São Paulo), burgueses portanto, e mesmo grandíssimos burgueses, para cujos negócios o reforço de poder aquisitivo da gratificação natalícia representou uma apreciável contribuição em período decisivo de suas vendas anuais.

Outro exemplo e da maior atualidade, mas apesar disso completamente ignorado, ao que parece, pelas esquerdas, mais preocupadas com certeza com os interesses de sua burguesia nacional. Trata-se dos grandes atrasos que se estão verificando no pagamento dos salários na generalidade das zonas açucareiras do país, e particularmente em São Paulo, onde os atrasos de 5 meses já se estão tornando comuns; e no Nordeste onde os jornais noticiam atrasos de nada menos de 8 meses!

Ora bem, tais atrasos afetam não apenas os trabalhadores e suas famílias, mas também o comércio dos centros urbanos situados nas zonas açucareiras e cujos negócios se constituem em boa parte de fornecimentos aos trabalhadores, que, faltos de numerário, não somente reduzem suas compras, mas deixam de saldar suas contas de armazém. Em muitos desses centros, na dependência mais direta e exclusiva da clientela dos trabalhadores da cana, tem-se chegado a situações de verdadeira calamidade pública, porque direta ou indiretamente a insolvibilidade dos trabalhadores se vai refletir em todas as camadas locais que se tornam assim solidárias com os interesses daqueles trabalhadores e suas reivindicações. E isso se passa em algumas das regiões mais importantes do país.

Não estão aí maduras, pergunto a AT, as condições necessárias e suficientes para uma aliança, de grande projeção política, entre trabalhadores e burgueses, em torno de reivindicações trabalhistas? Ou julga AT que somente pode ter expressão significativa no cenário político brasileiro o que se passa na Avenida Rio Branco e suas adjacências?

Mas não são somente situações como essas referidas, e que AT considerará por certo excepcionais (embora tais "exceções" constituam em grande parte a trama social íntima e mais significativa de nossa vida político-social), não são somente elas que abrem perspectivas para amplas frentes políticas impulsionadoras do processo revolucionário brasileiro, sem que para isso sejam necessárias alianças espúrias na base de concessões que defor-

mam inteiramente os grandes objetivos daquele processo. Mas para penetrar a fundo nessa questão e apreciá-la na sua integridade, e podermos marchar de olhos abertos e passos seguros, sem a limitação de expedientes e improvisações de última hora, é preciso ir mais além que a simples esquematização de situações momentâneas e conjunturais. Devemos considerar a totalidade e conjunto da problemática histórica brasileira na presente fase dela, que estamos vivendo; e aí situar a nossa política de alianças, como aliás tudo mais que diz respeito à revolução.

Encontramo-nos em fase de nossa história na qual se fazem profundamente e cada vez mais sentir as contradições entre uma nação e nacionalidade que procura se libertar de seu passado, e esse passado que lhe pesa ainda consideravelmente nos ombros. Por mais que um atroador neo-ufanismo, misto de publicidades comerciais e de ingenuidade desprevenida e mal informada a respeito da realidade deste mundo em que vivemos, procure nos impingir idéias de que somos um país em desenvolvimento e prestes a alcançar os altos níveis do progresso e da civilização contemporâneas, o fato é que infelizmente estamos bem longe disso. Não somos apenas "subdesenvolvidos". Não é só quantitativamente que nos distinguimos dos países e povos que marcham na vanguarda do mundo de nossos dias. A diferença é também, e sobretudo, "qualitativa". E tanto isso é verdade, que relativamente e em termos comparativos não estamos avançando, mas antes, recuando, e recuando, a meu ver, precipitadamente. Há cinquenta anos ainda poderíamos figurar sob muitos aspectos, muito modestamente embora, no concerto das nações civilizadas, isto é, vivendo no nível da cultura material e espiritual então alcançado. Hoje é difícil afirmá-lo. Já não nos enquadramos neste mundo moderno da energia nuclear, da cibernética; da automação e libertação progressiva do homem de todo esforço físico e mesmo de boa parte do mental; do domínio decisivo da razão e inteligência humanas sobre as forças brutas e espontâneas da natureza. A evolução da humanidade está em vias de dar um salto qualitativo em sua história, e nós ainda mal nos apercebemos disso. Que será acompanhá-lo? Temos uma fachada, não há dúvida, que apresenta certo brilhantismo. Mas é uma tênue fachada apenas, que disfarça muito mal, para quem procura verdadeiramente enxergar e não tenta iludir-se, o que vai por detrás dela neste imenso país de desnitrados, doentes e analfabetos onde se dispersam ilhados alguns médiocres arremedos da civilização do nosso tempo. Não serão por certo estas nossas pobres imitações

da indústria moderna, estas comunicações que somente pelo nome se identificam com suas congêneres da atualidade — estradas de ferro e de rodagem, correios, telégrafos e telefones que não funcionam; estas nossas "metrópoles" de cimento, ferro e asfalto que são inundadas e se desmancham com as chuvas de todos os anos; e no terreno da cultura, estes espectros que são as Universidades e o nosso pobre aparelhamento de ensino e de pesquisa científica em geral, não é isto certamente que nos concederá foros de país no nível dos grandes centros modernos ou deles se aproximando.

Para nos considerarmos da mesma ordem de grandeza, e tão-somente "mais atrasados e menos desenvolvidos", mas não qualitativamente diferentes, precisaríamos de muito mais, e essencialmente de uma sólida base sobre que assentar a nossa nacionalidade, e que vem a ser uma população liberta da miséria física e cultural, e capacitada, no seu conjunto, para usufruir alguma coisa do conforto, bem-estar e elevação do espírito que a ciência moderna proporciona.

Ora a compreensão disso tudo começa a abrir caminho na consciência de um número crescente de brasileiros. Particularmente das novas gerações que vêm vindo e que não se acham intoxicadas pelo neo-ufanismo desenvolvimentista que, neste último quarto de século de especulação inflacionária e publicidade comercial, se apoderou do Brasil, comprometendo tão gravemente a verdadeira compreensão do país — e proporcionando tão bons negócios a reduzidos grupos econômicos e financeiros nacionais e sobretudo internacionais. E assim, progressivamente, novos e novos setores vão sendo sensibilizados para a consideração da verdadeira situação brasileira, tanto em si, como sobretudo em contraste com o mundo que nos rodeia. E seja por motivação econômica (sobre a pobreza coletiva não se constrói no mundo de hoje a riqueza e o bem-estar privados, e sobretudo a segurança no futuro); seja pela dignidade nacional ferida no degradante espetáculo que o nosso país oferece em sua maior parte; seja por simples espírito humanitário e de solidariedade humana; seja mesmo por um bem fundado temor das negras nuvens que se acumulam no horizonte, mercê do abismo que cada vez mais profundamente separa as classes e as populações no país; seja por este ou aquele motivo, o inconformismo com o atual estado de coisas se irá alastrando, como de fato ocorre e somente o pior dos cegos, aquele que deliberadamente não quer ver, poderá pôr em dúvida.

Alí estão as premissas daquela polarização de forças políticas a que me referi em A REVOLUÇÃO BRASILEIRA, e na qual se defrontarão por cima da barricada decisiva da luta política brasileira, de um lado, centralmente e essencialmente, as forças de esquerda representativas dos verdadeiros e fundamentais interesses e aspirações da grande massa da população brasileira, cuja miséria física e moral, e, quando muito, triste mediocridade em face dos padrões modernos, fazem do Brasil um caudatário remoto da civilização contemporânea. E do outro lado da mesma barricada, estarão aqueles que julgam impossível ou indesejável um mundo onde as necessidades e aspirações humanas não exprimam senão eventual mercado consumidor e horizontes para vendas. Um mundo portanto sem pretexto e oportunidades para o exercício da livre iniciativa privada na realização de negócios.

Não me é dado, e acredito que tampouco a mais ninguém, prever em seus pormenores as vicissitudes através de que se desenvolverá aquele processo de polarização de forças, com o atendimento das alianças que ele implica e que levarão à precipitação da revolução brasileira e às transformações profundas de nossas instituições econômicas, políticas e sociais que nela se abrigam. Mas o certo, e como linha geral de desenvolvimento do processo, o que se pode prever é que na medida em que o atual sistema econômico vigente — centralizado na generalizada propriedade privada dos meios de produção e na livre iniciativa particular; em outras palavras, estruturada essencialmente por relações de negócio — se mostrar como de fato se está mostrando incapaz de promover, em ritmo compatível com as exigências presentes, o desenvolvimento material e cultural do nosso país, a fim de libertá-lo afinal da pobreza e mediocridade que tão fundamentalmente atinge a grande maioria da população, nessa medida as forças políticas menos comprometidas com aquele sistema se irão dele progressivamente apartando e congregando do outro lado da barricada.

Esse é um processo irreversível, cujo andamento já se começa a observar muito bem. E ele se precipitará tanto mais cedo quanto as forças de esquerda melhor o compreenderem e souberem pôr em evidência, através de sua pregação teórica e ação prática, as contradições profundas do sistema vigente e a sua incapacidade congênita de fazer frente à problemática econômica e social desta fase histórica que estamos vivendo.

É com essa visão ampla e de profunda inspiração na realidade brasileira tal como ela efetivamente se apresenta — e não como aparece nos mesquinhos e deformadores esquemas e mode-

los exóticos com que se tem pretendido enxergá-la e a interpretar — é assim que se traçará a política de aliança da esquerda. Alianças estas que afluirão natural e espontaneamente sem necessidade de nenhum acordo ou conchavo oficialmente formalizado, se as esquerdas souberem, em cada momento e situação, propor as questões nevrálgicas pendentes e em jogo, com oportunidade, sem sectarismo e precipitação pseudo-revolucionária e aventuréis- ra, mas igualmente sem oportunismo; e de maneira a fazer sentir, na prática, a inviabilidade de qualquer solução satisfatória e cabal dentro dos quadros e com os instrumentos do atual sistema vigente.

Como já notei de início, não é possível responder aqui, uma a uma, a todas as arguições que AT apresenta em contradita a A REVOLUÇÃO BRASILEIRA. Para isto seria necessário, dada a maneira dispersa com que ele aborda sua crítica, escrever aqui um outro livro, que aliás em grande parte repetiria quase literalmente o que já se encontra naquele livro, e a que AT não atendeu. O repto por exemplo que me lança para uma definição clara sobre as forças decisivas e dirigentes da revolução, e que a seu respeito eu teria ladeado, não tem razão de ser, porque a resposta aí se encontra, no Cap. VI, O Problema Político da Revolução de A REVOLUÇÃO BRASILEIRA, onde aquele papel decisivo e dirigente é expressamente atribuído ao proletariado urbano em união com os trabalhadores rurais. E não somente faço esta atribuição, mas procuro analisá-la, bem ou mal, em função das condições específicas do Brasil. E não me limito (muito mais para indicar um método de análise, que para apontar qualquer novidade), a exemplo do que se vê tão freqüentemente por aí na teoriação oficial e consagrada do assunto, a repetir mecanicamente, com o marxismo, transformados em fórmulas mágicas aplicáveis indiscriminadamente em qualquer lugar e tempo.

Outro exemplo da desatenção de AT para o que se encontra expresso em A REVOLUÇÃO BRASILEIRA é a sua crítica ao fato de o livro, a seu ver, "não dar a devida importância à questão da luta pela democracia no Brasil" (pág. 79). O curioso neste caso é que AT, logo na página anterior de seu artigo, transcreve um longo texto do livro criticado, em que, com todas as letras, é expressamente declarado que o "essencial" da política no momento atual é a luta pela "extensão e aprofundamento das franquias e dos direitos democráticos". Não compreendo, realmente não compreendo...

Quero ainda lembrar mais uma flagrante injustiça de AT, e que preciso de pronto retificar porque em pouco mais de uma simples frase ele deforma inteiramente todo o conteúdo e pensamento geral de A REVOLUÇÃO BRASILEIRA. É quando afirma que equaciona a problemática revolucionária brasileira fora do seu contexto mundial. Ora, uma das preocupações máximas ao longo de todo o meu trabalho, em seguimento aliás a muitos outros anteriores que já datam de não poucos anos, foi sempre de situar a economia brasileira e o conjunto de nossa história, e portanto a problemática que aí se propõe, no quadro internacional, sem o que nada se pode compreender do país. Ao leitor mais minucioso e mais interessado na questão, recomendo em especial o que se encontra nos Capítulos III e VII. Mas se essas passagens, bem como tantas outras semelhantes podem levar à tão errada interpretação de AT a respeito de minhas idéias, terei seriamente pensar em nunca mais tomar da pena, ou, antes, sentar-me diante de um teclado de máquina de escrever, pois seria a evidência de que não me foi dado o dom de corretamente exprimir o meu pensamento. Prefiro contudo por enquanto, e até que venha a comprovação final e definitiva de minha congênita incapacidade de escritor, atribuir a maneira falseada com que AT interpreta o sentido do que escrevo, ao fato de eu não empregar o linguajar ritual que encontramos tão amiúde nos textos de alguns dos nossos marxistas, que acreditam, ao que parece, no poder mágico das palavras, e na necessidade de respeitar religiosamente as formas lingüísticas consagradas sob pena de falsear aquilo que se pretende com elas dizer. E desencadeando com isso os maus espíritos da contra-revolução.

Antes de terminar, e com desculpas ao leitor pelo excessivo desta minha defesa de A REVOLUÇÃO BRASILEIRA a que AT me obrigou, aproveito a oportunidade para me referir à questão do "capitalismo burocrático" a que AT dedica um longo item de sua contestação, e que, a meu ver, tem grande relevo na interpretação adequada da realidade política brasileira. Não se trata, como afirma AT, de tese "absolutamente original", pois a presença de um tal capitalismo é seu considerável papel político em países dependentes e de economia capitalista rudimentar — países "atrasados" ou subdesenvolvidos da Ásia, África e América Latina — têm sido assinalados pela generalidade dos escritores marxistas e mesmo não-marxistas mais recentes que se ocupam do assunto. É certo, como escreve AT, que o favoritismo oficial nos negócios privados e a corrupção se encontram, em maior ou

menor proporção, em qualquer país, inclusive sob "formas impressionantes em países capitalistas adiantados", coisa aliás que reconheci expressamente em meu trabalho, e ninguém pode deixar de reconhecer. Mas aí acrescente — e desse pormenor essencial AT se esquece — que nos países de nossa categoria, por força especial de seu baixo nível econômico, a acumulação capitalista, essa mola mestra da vida econômica e social, e também, portanto, da vida política em regime capitalista, encontra uma de suas principais, senão a principal e mais poderosa fonte e origem, em atividades ligadas diretamente às funções da administração pública. O que me parece não ser necessário justificar aqui. Daí o importante papel que, ao contrário do que ocorre em países altamente desenvolvidos, aquelas atividades têm na economia em geral de tais países economicamente pobres. Donde deriva, como não podia deixar de ser, um destacado papel político dos setores burgueses que realizam a sua acumulação capitalista — o traço distintivo essencial da burguesia, que faz dela a "burguesia" que é, vem a ser o seu papel de "acumuladora" de capital — em ligação direta com as funções estatais e na base de negócios proporcionados mais ou menos licitamente pelo poder público.

É verdade que esse papel político do capitalismo burocrático (empreguei essa expressão, na falta de outra melhor, por ser a consagrada na terminologia internacional da ciência política marxista de nossos dias) não mereceu ainda entre nós um devido estudo sistematizado no nível da pesquisa científica. Mas o reconhecimento dele se encontra na consciência generalizada do nosso povo. O enriquecimento privado (tradução vulgar do termo técnico da Economia: "acumulação capitalista") à custa e por conta das finanças públicas ou seus rebentos autárquicos e outros, a importância e destaque que isso tem na vida e nas relações financeiras e mesmo sociais de nosso país, a projeção desse processo de enriquecimento na política brasileira (o que naturalmente é uma das principais condições de sua existência no alto nível que atinge entre nós), tudo isso é fartamente conhecido e reconhecido por qualquer um de nós brasileiros com um mínimo de formação a respeito da política e da administração pública em nosso país. E não haverá talvez uma única pessoa neste país com um mínimo de vivência, em certo nível, das nossas coisas sociais e políticas, que não lembre algum ou mesmo muitos casos dessa natureza. Isso é, de indivíduos enriquecidos e se enriquecendo, muitas vezes em proporções consideráveis, à custa das finanças públicas, ou graças à maneira como é conduzida a administração

pública. E interferindo na política, seja direta, seja indiretamente, para promover e resguardar aquele enriquecimento, ou principalmente para esse fim.

Isso é fartamente conhecido. E dado o vulto relativo que representa no Brasil essa interferência e participação de interesses puramente privados em atividades públicas, e no jogo político que torna possível e proporciona aquela participação e interferência, resulta que elas afetam muitas vezes de maneira substancial e mesmo decisiva tanto a marcha dos acontecimentos políticos, quanto o modo como são orientados e conduzidos os negócios públicos, inclusive os de maior importância e projeção.

Sem pretender um tratamento geral e muito menos sistemático do assunto, aqui impossível, limitar-me-ei a exemplificá-lo com alguns casos e situações mais notórios em que se apanha ao vivo aquela simbiose econômico-financeira das esferas pública e privada que tem a meu ver papel de primeiro plano na explicação e interpretação de importantes fatos da atividade política brasileira, e mesmo de nossa vida política em geral.

A todos que têm algum conhecimento das coisas brasileiras ocorrerá desde logo, na ordem de idéias em que nos encontramos, o papel político que desde sempre, e particularmente em época mais recente, tem a política de crédito dos institutos oficiais, e em especial do Banco do Brasil. Política de crédito essa cuja orientação pode ser decisiva, e freqüentemente assim foi, no sucesso financeiro de indivíduos ou grupos econômicos eventualmente por ela favorecidos, e que isso sempre figurou como um dos eixos importantes em torno de que giraram as manobras políticas destinadas a empolgá-la. Com reflexos de grande expressão, naturalmente, não somente no jogo da política geral brasileira, mas nas finanças e economia em conjunto do país, dado o relevante papel que nesse terreno sempre representou o nosso grande banco oficial, por onde circula uma parte considerável da riqueza do país.

A esse respeito, é altamente ilustrativo, entre outros, embora já date de algum tempo, a consulta ao inquérito realizado no Banco do Brasil em 1952, e que se publicou por iniciativa do então Deputado José Bonifácio Lafayette de Andrada, que na qualidade de acionista do Banco solicitou e obteve em uma de suas Assembléias Gerais a realização do inquérito.<sup>(1)</sup> Os nomes

(1) José Aparecido de Oliveira, INQUÉRITO NO BANCO DO BRASIL (Texto integral da Comissão de Inquérito e histórico da divulgação). Documentário extraído do original do Deputado José Bonifácio Lafayette de Andrada, 1953.

envolvidos no escandaloso favoritismo do Banco, e os consideráveis recursos financeiros que vemos aí se escoarem para o enriquecimento de personalidades de relevo direta ou indiretamente ligadas à política, bem como o confronto desses dados com a vida política do momento, fazem patente a participação decisiva do nosso capitalismo burocrático na vida pública e econômica brasileira.

Vejamus outro caso. É conhecido o papel preponderante que sempre teve na política dos Estados brasileiros mais pobres (e com reflexos importantes na política federal) a maneira como se distribuem as verbas federais destinadas àqueles Estados. Esse caso é ou era particularmente sensível nos Estados nordestinos assolados pela seca, onde as polpudas verbas canalizadas para aquela região pelo DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca), e distribuídas pelos privilegiados senhores da situação local, constituíam um dos principais, senão o principal eixo em torno de que gravitava a política e marchavam os negócios públicos, bem como os privados, de importantes setores da economia regional, pois elas formavam um dos fatores decisivos de grande parte da acumulação capitalista naquela região. E representavam uma das palavras finais na distribuição de influências políticas. Solidarizam-se assim interesses privados e a administração pública, que muito menos se interessava pela solução dos problemas propostos pela ocorrência das secas, do que propiciar negócios e facilidades de enriquecimento privado (tecnicamente: acumulação capitalista) à custa do flagelo, e por conta ou a pretexto dele. Não é sem muita razão que o sistema político-econômico assim montado mereceu a designação tão expressiva de "indústria da seca". A voz popular, na sua sabedoria, punha o dedo, com essa designação, num fato político da maior importância que não é senão uma instância característica daquilo que entendi por "capitalismo burocrático". Isso é, as funções da administração pública desviadas de sua finalidade real e legítima, e transformadas, em boa parte, em puro negócio privado e fonte de acumulação de capital.

Esse caso que acabo de referir é mais de caráter local, embora se projete largamente também na esfera federal. Vejamos outro, de natureza essencialmente nacional, e de imenso relevo e repercussão na vida política, econômica e social brasileira de anos passados, mas ainda bem presentes na memória de todos. Refiro-me à famosa e de triste memória CACEX (Carteira do Comércio Exterior, do Banco do Brasil), à qual competia, antes da

instituição da licitação de cambiais, a distribuição dessas cambiais de acordo com certas prioridades que a administração estabelecia ou deveria estabelecer em função do interesse público e para o fim de limitar a venda de câmbio às disponibilidades existentes, assegurando com isso o equilíbrio da balança de contas. O sistema, instituído com os melhores propósitos, logo degenerou e se tornou fonte abundante e generosa de enriquecimento privado (algumas das grandes e importantes figuras da nossa burguesia têm aí sua origem), porque as cambiais adquiridas pelo câmbio oficial, eram em seguida transferidas aos importadores interessados com grande margem de lucro. E foi-se, aos poucos, perdendo de vista até mesmo a finalidade precípua do sistema, que era de limitar nossas despesas com divisas, passando ele a funcionar sobretudo para atender à clientela que se abeberava no negócio, e cujas ilimitadas ambições acabaram levando a CACEX a ceder cambiais em importâncias muito superiores às suas disponibilidades, e somente para atender aos interesses do negócio que se instalara no sistema. E assim, em vez de contribuir para o equilíbrio das contas externas do país, o sistema da CACEX se tornou um fator muito importante de desequilíbrio dessas contas. O que resultou na acumulação desmesurada dos chamados "atrasados comerciais", isto é, débitos por importações para os quais o Banco do Brasil não dispunha de cobertura cambial. O que obrigou afinal à abolição do sistema e sua substituição pela licitação (outubro de 1953). Observamos bem claramente nesse caso a transformação de função pública, essencialmente em negócio privado, fonte de importante acumulação de capital. Transformação essa que se processou através de forte pressão e largas manobras políticas que constituíram durante anos um dos eixos relevantes em torno de que girou a política brasileira.

Lembrarei mais um caso destes e que se vem prolongando de longa data até mesmo dias ainda muito próximos. Trata-se da política de defesa dos preços do café — sem sombra de dúvida um dos principais, senão o principal setor da política econômica e financeira do nosso país. Aquela política se realiza, em boa parte, não em função já não digo dos interesses gerais do país (nisto nem é bom pensar), nem dos coletivos de nenhuma classe ou categoria legitimamente envolvida na economia cafeeira (produtores, comissários, exportadores etc.); e sim se realiza em benefício de puros interesses privados de indivíduos ou grupos econômicos que não se acham no negócio senão com o fim de o aproveitarem mercê das posições vantajosas que o oficialismo da

política cafeeira lhes proporciona. Não têm nenhuma função nominal (senão subsidiariamente) dentro propriamente do negócio cafeeiro, que apenas lhes serve de pretexto para exteriormente dele se valerem. Ou antes, se valerem da política oficial que o regula.

Essa situação é fartamente conhecida por todos aqueles que lidam com negócios de café, e por não ser possível entrar aqui em pormenores, limito-me a trazer o testemunho público e recetíssimo de um dos grandes conhecedores do assunto, que assim definiu a nossa política cafeeira: "... meio de enriquecimento individual, de especulações comerciais, de promoção de rendas extra-orçamentárias ou de transações menos lícitas;... massa de manobra para toda natureza de interesses, com exclusão daquele que deveria ter prevalecido e que é o interesse nacional onde se somam legitimamente os justos benefícios que esse produto (o café) pode permitir".<sup>(1)</sup>

Escusado acrescentar que não é graciosamente que uma parcela respeitável dos proventos proporcionados pela economia cafeeira se canaliza para os bolsos de indivíduos que não se encontram no negócio senão por força, ou pelo menos sobretudo por força de suas ligações com o oficialismo diretor da política do café. Para isso se faz necessário um ativo jogo político que embora se desenrole nos bastidores (como, compreensivelmente, se desenrolam todos os negócios e manobras do capitalismo burocrático), não deixa de exercer forte impacto sobre os acontecimentos do país.

Tudo isso não são mais que instâncias isoladas que servem apenas para ilustrar o assunto, esclarecer-lhe melhor o sentido e abrir perspectivas para uma análise mais rigorosa e sistematizada de uma questão que reputo do maior interesse na compreensão e interpretação de nossa realidade econômica, social e política. Sobretudo desta última que é a matéria que estamos considerando diretamente, e que foi a considerada em A REVOLUÇÃO BRASILEIRA e na contestação de AT. A saber, a posição das diferentes forças atuantes na política brasileira frente à revolução. Se "a política é a economia concentrada", como AT, citando Lenin, refere com grande acerto, não é possível desconhecer ou subestimar uma categoria social que se caracteriza e discrimina

(1) Salvador de Toledo Artigas, *Perspectivas para o café*, "O Estado de São Paulo", de 9 de abril de 1967.

